



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE
Identificação: CIDADES B3
Data: 07/11/2012

Infância: encerrado seminário do MPE

Evento debateu também atendimento para adolescentes

Foi encerrado ontem, dia 06 de novembro, o Seminário sobre Políticas Públicas no Atendimento de Crianças e Adolescentes no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas) promovido pelo Ministério Público do Estado (MPE), através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência (CAOP), em parceria com a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (Seides). O evento aconteceu no auditório da nova sede do MPE.

O objetivo do evento foi expor as políticas nacional e estadual da Assistência Social; o Plano Nacional e Estadual de Assistência Familiar e Comunitária, além de apresentar alguns serviços na área de acolhimento institucional das medidas socioeducativas e o plano estadual de enfrentamento às drogas. Para a Promotora de Justiça e diretora do CAOP, Miriam Teresa, o debate foi importante, pois foi nele que existiu a possibilidade de abertura do diálogo para que o que estiver bom permaneça e os trabalhos que não estiverem eficientes tornem-se eficazes.

As questões sobre a criança e o adolescente são importantes e têm que estar presentes nas mais diversas áreas, seja Educação, Saúde e na Assistência Social. “Foi observado pelo CAOP, em parceria com a Seides, a necessidade de uma reflexão sobre o trabalho de toda a rede de proteção em relação a essas políticas públicas



André Moreira

SEMINÁRIO durou dois dias e debateu as políticas públicas no SUAS

de assistência social. Ou seja, fazer com que tenham propostas concretas para a implementação das políticas públicas em atendimento a crianças e adolescentes no âmbito do Sistema Único de Assistência Social”, disse Miriam Teresa.

“Espero que a discussão tenha um reflexo e por consequência uma alteração de algumas atividades que estão sendo executadas no âmbito da assistência, como por exemplo, o trabalho de fortalecimento de vínculos, pois hoje temos várias crianças em situação de rua ou de droga, e elas precisam ser resgatadas e reinseridas dentro de uma realidade familiar fortalecida, e que sejam aceitas pela sociedade”, ressaltou a promotora de Justiça.

A promotora também ressaltou a dificuldade em encontrar um trabalho contínuo de assistência, independente de quem esteja ocupando o cargo público para a realização desse

trabalho. “Peço para que os recursos humanos dos municípios e do Estado realizem concursos para a área da Assistência para que possamos contar com um trabalho continuado. Quando há a troca dos gestores é um problema gravíssimo, porque mudam toda a equipe e assim temos que recomeçar do zero. Precisamos de servidores efetivos para que deem continuidade ao trabalho que já é exercido”, disse Miriam Teresa.

Segundo a secretária adjunta da Seides, Maria Luci Silva, a luta para a implementação do SUAS vem desde 2007. “Desde 2010 que procuramos efetivar mais o trabalho que já estávamos desenvolvendo desde o início do governo. Então, esse seminário já foi mais uma ação de reforço do trabalho. O SUAS, hoje, é uma lei, e por isso procuramos sempre aprimorá-la para não chegar aos desafios que chegamos com o SUS.